

Tema 29

Políticas públicas de combate às drogas

Proposta de redação

Com base nos seguintes textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto **dissertativo-argumentativo** na modalidade escrita formal da Língua Portuguesa sobre o tema “Políticas públicas de combate às drogas”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

Texto 1

História do combate às drogas no Brasil

Em sintonia com o modelo internacional de combate às drogas, capitaneado pelos Estados Unidos, o Brasil desenvolve ações de combate e punição para reprimir o tráfico.

[...]

A visão de que as drogas seriam tanto um problema de saúde quanto de segurança pública, desenvolvida pelos tratados internacionais da primeira metade do século passado, foi paulatinamente traduzida para a legislação nacional. Até que, em 1940, o Código Penal nacional confirmou a opção do Brasil de não criminalizar o consumo.

Segundo Roberta Duboc Pedrinha, especialista em Direito Penal e Sociologia Criminal, estabeleceu-se uma “concepção sanitária do controle das drogas”, pela qual a dependência é considerada doença e, ao contrário dos traficantes, os usuários não eram criminalizados, mas estavam submetidos a rigoroso tratamento, com internação obrigatória.

Modelo bélico

Porém, Roberta Pedrinha conta que o golpe militar de 1964 e a Lei de Segurança Nacional deslocaram o foco do modelo sanitário para o modelo bélico de política criminal, que equiparava os traficantes aos inimigos internos do regime.

Para a advogada, não por acaso, a juventude associou o consumo de drogas à luta pela liberdade. “Nesse contexto, da Europa às Américas, a partir da década de 60, a droga passou a ter uma conotação libertária, associada às manifestações políticas democráticas, aos movimentos contestatórios, à contracultura, especialmente as drogas psicodélicas, como maconha e LSD”, analisa.

Em 1973, o Brasil aderiu ao Acordo Sul-Americano sobre Estupefacientes e Psicotrópicos e, com base nele, baixou a Lei 6.368/1976, que separou as figuras penais do traficante e do usuário. Além disso, a lei fixou a necessidade do laudo toxicológico para comprovar o uso.

Finalmente, a Constituição de 1988 determinou que o tráfico de drogas é crime inafiançável e sem anistia. Em seguida, a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072/90) proibiu o indulto e a liberdade provisória e dobrou os prazos processuais, com o objetivo de aumentar a duração da prisão provisória.

Tema de Redação ENEM

Já a Lei de Drogas (Lei 11.343/06) eliminou a pena de prisão para o usuário e o dependente, ou seja, para aquele que tem droga ou a planta para consumo pessoal. A legislação também passou a distinguir o traficante profissional do eventual, que trafica pela necessidade de obter a droga para consumo próprio e que passou a ter direito a uma sensível redução de pena.

Já a criação da Força Nacional de Segurança e as operações nas favelas do Rio de Janeiro, iniciadas em 2007 e apoiadas pelas Forças Armadas, seguidas da implantação das unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), reforçaram a repressão e levaram a presença do Estado a regiões antes entregues ao tráfico, não apenas atendendo às críticas internacionais, como também como preparação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

As discussões em torno das leis que tratam do tráfico e dependência de drogas continuam a ser feitas no Congresso, envolvendo ainda aspectos como o aumento de impostos e o controle do álcool e do cigarro.

BRASIL. Senado Federal. História do combate às drogas no Brasil. **Em Discussão.**

Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/iniciativas-do-governo-no-combate-as-drogas/historia-do-combate-as-drogas-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Texto 2

Governo federal implementa nova Política Nacional sobre Drogas

A nova política será desenvolvida em conjunto pelos ministérios da Cidadania, da Saúde, da Justiça e Segurança Pública, dos Direitos Humanos, da Família e Mulher. O Ministério da Cidadania ficará responsável pelo tratamento de dependentes químicos – focado na estratégia da abstinência dos usuários.

[...]

Entre as mudanças, o decreto prevê o reforço das Comunidades Terapêuticas. As unidades oferecem acolhimento, assistência e tratamento para pessoas com dependência química. Segundo o secretário de Cuidados e Prevenção às Drogas do Ministério da Cidadania, Quirino Cordeiro Júnior, o governo federal trabalhará na estruturação dos serviços das comunidades, a fim de oferecer um tratamento de maior qualidade aos usuários.

“Vamos mudar o modelo de tratamento. Já expandimos o número de vagas das Comunidades Terapêuticas e trabalharemos ainda mais para fortalecer essas entidades, que atuam na perspectiva de abstinência”, ressalta Quirino.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Governo federal implementa nova Política Nacional sobre Drogas. 15 abr. 2019.

Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/abril/governo-federal-implementa-nova-politica-nacional-sobre-drogas>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

Tema de Redação ENEM

Texto 3



SUS/Ministério da Saúde

Cartaz da campanha de combate às drogas veiculada pelo Ministério da Saúde em 2015.

Instruções:

- O texto deve ser escrito à tinta e em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

Dica de redação nota 1000

Use o seu repertório para sugerir políticas públicas eficientes a respeito do combate às drogas e avalie as estratégias utilizadas pelo Governo Federal ao longo de sua história a respeito desse tema.

Tema de Redação ENEM

Políticas públicas de combate às drogas

Nome: _____

Nota:

Turma: _____ | Número: _____ | Data: ____ / ____ / ____

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

Tema de Redação ENEM

Políticas públicas de combate às drogas

GRADE SUGESTIVA DE CORREÇÃO		
Critério/Competência	Observar	Nota (de 0 a 200)
1. Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.	Desvios ortográficos (o que inclui adequação à Nova Ortografia da Língua Portuguesa), adequações gramaticais e repertório lexical variado e adequado ao tema.	
2. Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.	Adequação ao tema proposto e à estrutura do texto dissertativo-argumentativo. Presença de recorte temático significativo que contemple o objetivo central de combate às drogas no Brasil de modo a também considerar os esforços já desenvolvidos e pensar em outros caminhos possíveis. Obs.: Redações que tangenciem o tema devem ter desconto na pontuação, mesmo que apresentem estrutura adequada do texto dissertativo-argumentativo.	
3. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.	Uso de argumentos válidos, que defendam um ponto de vista, e organizados de forma coerente, resultando no desenvolvimento claro de ideias ao longo do texto.	
4. Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.	Ênfase ao uso adequado dos instrumentos coesivos ao longo da construção da argumentação. Encadeamento de ideias de forma coerente evitando redundâncias, contradições, discursos vazios, paráfrases e textos prolixos. Texto com introdução, desenvolvimento e conclusão.	
5. Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.	Posicionamento crítico e sugestão de soluções para as questões propostas sem violação de leis ou desrespeito de qualquer natureza aos direitos humanos.	

Diretor de conteúdo e negócios

Ricardo Tavares de Oliveira

Diretor adjunto de Sistema de Ensino

Cayube Galas

Gerente editorial

Júlio César D. da Silva Ibrahim

Gerente de produção e design

Letícia Mendes de Souza

Autora

Maria Catarina Rabelo Bozio

Editores assistentes

Vivian Kaori Ehara

Colaboradora

Andréia Szcypula

Coordenador de eficiência e analytics

Marcelo Henrique Ferreira Fontes

Supervisora de preparação e revisão

Adriana Soares de Souza

Preparadora

Sônia Cervantes

Revisora

Lilian Garrafa

Coordenadora de imagem e texto

Marcia Berne

Pesquisa

Mariana Valeiro

Coordenadora de arte

Daniela Máximo

Supervisora de arte

Flavia Yamamoto Boni

Editor de arte

Carlos Feitosa